

1  
2  
3 **ATA DA 182ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
4 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**  
5 **(15 de julho de 2008)**  
6

7 Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e oito, às dezenove horas e trinta  
8 minutos, no Auditorium Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a constatação do  
9 quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde,  
10 para a centésima octogésima segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de  
11 Saúde, tendo como pontos de pauta: **1. Aprovação da pauta para a 182ª**  
12 **Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2. Informes; 3.**  
13 **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde – maio/2008; 4.**  
14 **Apresentação e Aprovação da Central de Regulação de Internação; 5. Relato**  
15 **sobre o Programa Saúde da Família; 6. Encaminhamentos sobre a Plenária**  
16 **Extraordinária Eleitoral da 8ª Conferência Estadual de Saúde; 7. Relato da**  
17 **Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Saúde; 8. Aprovação da**  
18 **Transferência do servidor José Paulo da Silva para a 17ª Regional de Saúde.**  
19 **Marlene Zucoli** cumprimenta a todos e inicia colocando em **apreciação a pauta**  
20 **proposta para a 183ª Reunião Ordinária do CMS sendo aprovada por todos.** A  
21 seguir passa-se ao **item 2 da pauta, Informes: Ana Maria Figueiredo** faz  
22 referência a participação dos indicados pelo Conselho no evento da Macro Sul  
23 sobre Saúde do Trabalhador, refere-se a formação de uma Comissão constituída  
24 durante o evento mais que ainda não está trabalhado. **Quitéria Nunes** informa  
25 que em reunião da Pastoral da Criança houve reclamação de falta de pediatra e  
26 de ginecologista na Unidade de Saúde Parigot de Souza. **Reinaldo Gonçalves**  
27 relata acidente ocorrido com seu sobrinho e a dificuldade que o mesmo encontrou  
28 para que os profissionais da Unidade de Saúde da Vila Ricardo fossem à sua  
29 residência fazer curativos uma vez que ele não podia locomover-se até a Unidade  
30 de Saúde, estando hoje o problema resolvido. **Marlene** orienta que em situações  
31 semelhantes devem entrar em contato com a DAS ou com a Ouvidoria.  
32 **Maldissulei Correa** agradece a Secretaria de Saúde a instalação de ar  
33 condicionado no SAMU, mas que ainda ficou faltando a instalação na sala de  
34 repouso dos condutores e auxiliares, gostaria de saber se há previsão dessa  
35 instalação. **Marlene** diz que se informará a respeito e dará o retorno. **Jeremias**  
36 **Brizola** diz que com referência a denúncia apresentada em reunião anterior  
37 relacionada à avaliação de risco do Hospital Universitário, sobre contra referência  
38 equivocada, os dados foram levantados e apurado que a procura pelo paciente ao  
39 Hospital Universitário foi espontânea em 17 de junho às 14h25, tendo sido feita  
40 avaliação de risco e encaminhado o paciente ao Hospital Zona Norte através do  
41 SAMU tendo o mesmo retornado ao HU às 18h30 e sua caixa não caracterizava e  
42 não caracteriza atendimento no HU, foi atendido pelo plantonista Dr. Miguel com  
43 diagnóstico de abcesso abaixo de traqueostomia, que apresentava um vermelhão  
44 há dois dias, não caracterizando urgência, sendo o mesmo liberado às 21h00,  
45 portanto a avaliação foi correta não havendo nenhum equívoco. Outra informação  
46 é que o Hospital Universitário estaria aplicando uma sobrecarga aos alunos, diz  
47 que no ano de 2006 já foi este questionamento, tendo sido verificado pelo

48 Conselho Regional de Medicina e pelo Ministério do Trabalho e a conclusão é que  
49 não a sobrecarga imposta aos alunos e sim um curriculum de ensino baseado em  
50 problemas, e que a preocupação da escola é oferecer um melhor ensino. **Maria**  
51 **Osvaldina** informa sobre a realização da segunda etapa do Curso de Capacitação  
52 para conselheiros, ministrado pelo CONSUL que ocorreu em parceria com a  
53 Secretaria da Saúde. Refere-se a reclamação de usuários da Unidade de Saúde  
54 Armindo Guazzi sobre a saída de uma profissional médica, estimada por todos;  
55 pergunta como ficará o atendimento à população. **Joel Tadeu** informa sobre  
56 eleição e posse ocorrida há quinze dias da Associação de Moradores da Vila  
57 Casone, sendo eleito presidente o sr. Reinaldo Gonçalves com larga vantagem de  
58 votos; que a Associação de Moradores da Vila Casone aprovou novo estatuto de  
59 acordo com o novo Código Civil e como OSCIP, podendo portanto trabalhar outras  
60 políticas públicas; enaltece o trabalho realizado pelo sr. Reinaldo. **Natal de**  
61 **Oliveira** parabeniza o sr. Reinaldo; agradece e parabeniza a equipe de  
62 manutenção da Autarquia e ao José Carlos Salvador, pela troca de cadeiras na  
63 Unidade de Saúde Clair Pavan; parabeniza também ao Dr. Carlos Marques da  
64 Unidade de Saúde Leonor pelo atendimento que presta à população usuária.  
65 **Cícero Cipriano Pinto** informa que no dia 02 de julho participou no Gabinete do  
66 Prefeito de reunião, ocasião de agradecimento pelo Prefeito à Comissão; que o  
67 Relatório Final ainda não foi disponibilizado e questiona se os trabalhos da  
68 Comissão encerram-se com a entrega do premio; relata sua participação dia 03 de  
69 julho em reunião da CIST na qual foi eleito para representar a mesma na reunião  
70 da CIST-PR, em Curitiba; dia 05 de julho da capacitação realizada pelo CONSUL;  
71 registra a falta de rouparia nas Unidades de Saúde da região Oeste; informa sua  
72 participação no dia 12 de julho na Conferência da Pessoa com Deficiência e dia 26  
73 em reunião da Comissão Intergestores Bipartite a convite do conselheiro Joel  
74 Tadeu ao qual agradece; que o Conselho Local de Saúde do Leonor está faz  
75 levantamento junto à população usuária da Unidade sobre o atendimento e da  
76 humanização tanto dos profissionais quanto da população, destaca que a Unidade  
77 sempre foi referência em atendimento e o padrão não pode mudar. **Maria Ângela**  
78 **Magro** registra que participou dia 30 de junho da avaliação do Bolsa Família  
79 Federal que conta hoje com 19.000 bolsas bloqueadas por falta de atualização,  
80 mudança de endereço, renda per capita e outros, sendo distribuídas hoje 11.000  
81 bolsas. Refere-se a relato e não denúncia feita por ela na reunião do mês de junho  
82 sobre caso acompanhado por ela e atendido na Secretaria da Mulher, que tem  
83 toda documentação das cinco denúncias, portanto não concorda com o teor do  
84 ofício enviado pela Secretaria da Mulher. **Marlene** diz que o assunto em questão  
85 não passou pela Comissão Executiva e que o ocorrido pode ser resgatado as  
86 informações da última reunião, passar por apreciação da Comissão Executiva e  
87 ser pauta a mulher vítima de violência. **Maria Ângela** continua seus informes  
88 dizendo que dia 18 no HU acompanhou o caso de uma senhora que havia sido  
89 mordida por um gato, encaminhada pelo Hospital Zona Norte, só passou por  
90 atendimento após as 22h00, já com a mão completamente deformada. **Gioconda**  
91 parabeniza o conselheiro Reinaldo pela reeleição na Associação de Moradores da  
92 Vila Casone. **Neusa Maria dos Santos** faz breve resgate das falas sobre o  
93 atendimento prestado pela Secretaria da Mulher e que após ter cópia da ata  
94 daquela reunião em mãos solicitará pauta sobre o assunto no Conselho Municipal

95 dos Direitos da Mulher, mas que também deverá ser pauta desse Conselho  
96 enquanto questão de saúde pública. **Marcos Ratto** agradece os votos recebidos e  
97 o esforço da Presidente do Conselho, durante a reunião passada para que o  
98 trabalhador Roberto Pintor pudesse participar do Encontro Macro Sul sobre Saúde  
99 do Trabalhador, que o mesmo preparou um relatório sobre sua participação mais  
100 que não deu tempo para reproduzir, compromete-se a enviar a Secretaria do  
101 Conselho para que seja posteriormente enviado aos conselheiros. Convida a  
102 todos para que no próximo dia 19, a partir das 16h00 no Grêmio dos Operários  
103 participem de Festa Junina promovida pelo SINDSERV. Informa que na Unidade  
104 de Saúde Leonor nos horários das 00h00 às 06h00 está sem a profissional  
105 enfermeira, mesmo após várias profissionais tendo manifestado interesse;  
106 parabeniza o conselheiro Reinaldo pela luta e pela conquista da recondução à  
107 Associação de Moradores da Vila Casone. Antecipa que enquanto cidadão  
108 londrinense amanhã encaminhará ao Ministério Público, principalmente ao  
109 GAECO denúncia contra a vereadora Maria Ângela Santini, por votar  
110 favoravelmente Lei que fere o Artigo 22 do Regimento Interno da Câmara de  
111 Vereadores, que concede aumento de 70% a categoria de Assistentes Sócias,  
112 tendo depois sido acolhida pela Secretaria de Saúde para trabalhar na  
113 Maternidade Municipal, recebendo ainda um adicional de 25% de gratificação  
114 hospitalar; que essa ocorrência é ilegal. **Acácio dos Santos** primeiramente  
115 agradece a Secretaria de Saúde e ao CEREST pela participação no Seminário  
116 Macro Sul sobre Saúde do Trabalhador; que a delegação de Londrina não se  
117 sente contemplada em algumas deliberações, pois participou de todos os  
118 momentos e a Comissão para Troca de Experiências só foi formada depois que a  
119 delegação de Londrina se retirou uma vez que teve o vôo antecipado para a volta.  
120 Agradece publicamente a equipe do Dr. Rubens Martins no Instituto do Câncer  
121 pela humanização dos que prestam atendimento aos pacientes, tem presenciado  
122 diariamente esse tratamento, pois um familiar encontra-se lá internado. **Rosalina**  
123 **Batista** informa sua participação em Santa Catarina em evento sobre formação de  
124 conselheiros e lá surgiu o encaminhamento da realização de encontro em  
125 Londrina para que possam conhecer o Conselho Municipal de Saúde de Londrina.  
126 Questiona se a Comissão de Humanização está completa para que possa dar  
127 início ao seu trabalho de visitas, pois existem sérios problemas nos Pronto  
128 Socorros do Hospital Zona Sul, Zona Norte e Hospital Universitário, que na região  
129 norte e sul existem unidades em reforma, os hospitais Zona Norte e Zona Sul  
130 também reforma, causam um atendimento precário e desumano aos pacientes.  
131 Sugere que a Comissão de Humanização inicie seus trabalhos por esses hospitais  
132 para que se tenha um relatório a ser repassado ao Conselho Estadual de Saúde  
133 do Paraná; convida a todos para participarem de festa junina promovida pela  
134 Associação de Mulheres Batalhadoras no próximo domingo. **Sonia Nery** procede  
135 aos informes da Secretaria de Saúde iniciando pela Campanha de Vacinação da  
136 Rubéola no período de 09 de agosto a 13 de setembro, quando deverão se  
137 vacinar homens e mulheres entre 20 e 39 anos; a segunda etapa da Campanha  
138 de Vacinação contra Paralisia Infantil – Sabin dia 09 de agosto. **Marlene** ressalta a  
139 importância da conscientização para a vacinação uma vez que para acabar com a  
140 rubéola todos nessa faixa etária devem ser vacinados, ou sejam aproximadamente  
141 170.000 pessoas. Informa que com relação a lençóis os mesmos estão sendo

142 confeccionados. Com relação a Comissão do Prefeito Amigo da Criança não sabe  
143 informar se haverá outras reuniões, mas que o conselheiro Cícero deve fazer  
144 contato com a Edsonia para se informar. Com relação à manutenção e limpeza  
145 das Unidades de Saúde foram realizadas nas Unidades de Saúde Alvorada, Pind  
146 e na próxima semana será a vez da Unidade de Saúde Ouro Branco, após o CSU.  
147 **Edson Facundo** coordenador da Comissão Municipal de DST/HIV/AIDS e  
148 Tuberculose, informa que o Plano de Ações e Metas de DST/HIV/AIDS continua  
149 sem cumprimento, portanto solicita ponto de pauta para a próxima reunião do  
150 Conselho e também a questão da Equipe de ADT onde dois funcionários deverão  
151 deixar a equipe a partir do próximo mês e também a falta de médico. **Marlene**  
152 informa que a questão do médico para a equipe está bem encaminhado, pois já  
153 existe um profissional infectologista interessado. **Cícero Cipriano** faz referência  
154 com relação às ambulâncias do SAMU que estão parando em frente a Unidade de  
155 Saúde Leonor podendo ocasionar acidentes, sugere portanto que essas  
156 ambulâncias retirem os pacientes estacionando na rampa. **Sônia Anselmo**  
157 procede aos informes da Secretaria do Conselho primeiramente justificando as  
158 ausências das conselheiras Sônia Petris, Dulcelina Silveira, Elizabeth Bueno  
159 Candido, Ogle Beatriz, Andrezza Daher, Isaltina Pires Cardoso e dos conselheiros  
160 Alberto Duran, Francisco Eugenio e Adilson Castro, sendo que para esta reunião  
161 Adilson Castro nomeou José Carlos Moraes para representar a 17ª Regional de  
162 Saúde. Informa sobre a realização do VI SINESUL nos dias 27, 28 e 29 de agosto,  
163 no INESUL, na Av. Duque de Caxias; quanto a Comissão de Humanização falta a  
164 indicação de um trabalhador e um prestador e assim que estiver completa poderá  
165 ser chamada a primeira reunião. Relata sobre correspondência recebida do  
166 Ministério Público Estadual, na pessoa do Dr. Marco Antonio Teixeira, destacando  
167 a importância da participação dos delegados da 8ª Conferência Estadual de  
168 Saúde na Plenária Extraordinária Eleitoral da 8ª Conferência Estadual de Saúde  
169 do Paraná. Lembra que alguns conselheiros não entregaram questionário sobre o  
170 perfil de conselheiros encaminhados pela 17ª Regional de Saúde. A seguir passa-  
171 **se ao item 3 da pauta, Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde –**  
172 **maio/2008: Ubirajara Zanette Mariani** inicia sua apresentação pelo Bloco 1 –  
173 Atenção Básica - Fonte de Recursos 495 teve a receita de R\$ 6.621.932,12, que  
174 foi pago de despesa o valor de R\$ 5.420.913,52, restando o Saldo Financeiro de  
175 R\$ 1.201.018,60, que o valor da despesa empenhada -R\$ 1.187.083,78, restando  
176 um saldo disponível de R\$ 13.934,82. No Bloco 2 – Média e Alta Complexidade -  
177 Fonte de Recursos 496 teve a receita de R\$ 47.312.117,90, que foi pago de  
178 despesa o valor de R\$ 42.739.532,84, restando o Saldo Financeiro de R\$  
179 4.572.585,06, que o valor da despesa empenhada e não paga -R\$ 1.338.372,09,  
180 restando um saldo disponível de R\$ 3.234.212,97. No Bloco 3 – Vigilância em  
181 Saúde – Sanitária/Epidemiológica- Fonte de Recursos 497 teve a receita de R\$  
182 1.104.216,58, que foi pago de despesa o valor de R\$ 980.045,78, restando o  
183 Saldo Financeiro de R\$ 124.170,80, que o valor da despesa empenhada - R\$  
184 46.582,41, restando um saldo disponível de R\$ 77.588,39. No Bloco 4 –  
185 Assistência Farmacêutica - Fonte de Recursos 498 teve a receita de R\$  
186 836.586,69, que foi pago de despesa o valor de R\$ 182.851,01, restando o Saldo  
187 Financeiro de R\$ 653.735,68, que o valor da despesa empenhada -R\$  
188 119.295,35, restando um saldo disponível de R\$ 534.440,33. No Bloco 5 – Gestão

189 do SUS Fonte de Recurso 499 teve a receita de R\$ 77.300,12, que foi pago de  
190 despesa o valor de R\$ 0,00, restando o Saldo Financeiro de R\$ 77.300,12, que o  
191 valor da despesa empenhada 0,00, restando um saldo disponível de R\$  
192 77.300,12. No Bloco da Interferência Municipal – Fonte de Recursos 001, 303 e  
193 308 – Fonte 001: em maio teve uma receita acumulada de interferência no valor  
194 de R\$ 1.513.242,62, foi pago de despesa o valor de R\$ 1.145.328,76, restando o  
195 Saldo Financeiro de R\$ 367.911,86, o valor da despesa empenhada R\$ 0,00,  
196 restando um saldo disponível de R\$ 367.911,86. E no Bloco da Interferência  
197 Municipal – Fonte de Recursos 303, teve uma receita de interferência no valor  
198 total de R\$ 39.296.522,80, foi pago de despesa o valor total de R\$ 28.844.311,21,  
199 restando o Saldo Financeiro de R\$ 10.452.211,59, o valor da despesa empenhada  
200 e não paga – R\$ 872.860,52, restando um saldo disponível de R\$ 9.579.351,07.  
201 Finalmente, no Bloco da Interferência Municipal – Fonte de Recursos 308, em  
202 maio teve uma receita de interferência no valor total de R\$ 1.136.500,45, foi pago  
203 de despesa o valor total de R\$ 408.779,81, restando o Saldo Financeiro de R\$  
204 727.720,64, o valor da despesa empenhada e não paga foi de –R\$ 52.656,54,  
205 restando um saldo disponível de R\$ 675.064,10. Foi apresentado, também, um  
206 resumo das 33 (trinta e três) Fontes de Recursos demonstrando o saldo de 2007,  
207 no valor de Receita R\$ 48.704,20, despesa R\$ 3.464.750,36, saldo R\$  
208 7.081.241,39. Das seguintes fontes: 302 Saúde - PAB / Ações de Saúde; 306  
209 Média e Alta Complexidade / Prestadores; 307 Média e Alta Complexidade / Ações  
210 em Saúde; 310 Programa Saúde da Família - PSF / PROESF; 312 Programa de  
211 Assistência Farmacêutica Básica; 313 Programa Nacional de Vigilância  
212 Epidemiológica e Controle de Doenças; 314 Programa de Atenção à Saúde dos  
213 Povos Indígenas; 315 Programa Nacional de HIV/AIDS e Outras DST; 320  
214 Convênio 852/2003- Unidade de Queimados; 321 Convênio 2342/2003- UBS  
215 Jardim Santiago; 322 Convênio 2343/2003-UBS Imagawa/Cabo Frio; 323  
216 Convênio 828/2003-MS- UBS Maria Cecília; 324 Convênio 3794/2004-Unidades  
217 Básicas Saúde; 325 Convênio 1817/2004-Unidades Básicas Saúde; 326 Convênio  
218 2848/2003-U.B.S.Jardim do Sol; 327 Convênio 2849/2003-UBS  
219 NovoAmparo/Moema;330 Convênio 1818/2004- Ampliação Maria Cecília;  
220 331Convênio 1815/2004- Estruturação do CAPS; 332 Convênio 1816/2004-  
221 Manutenção do CAPS; 334 Convênio 2076/2003- UBS Patrimônio Regina; 336  
222 Programa do SAMU Custeio - Rec. Federal; 338 Programa do SAMU Custeio -  
223 Recurso Estadual; 339 P.S.F. - Programa de Saúde da Família; 340 Centro de  
224 Referência à Saúde do Trabalhador – CEREST; 341MAC Vig. Sanitária; 342  
225 Centro de Especialidades Odontológicas-CEO; 343 Vigilância Sanitária – PAB;  
226 344 Programa de Tuberculose; 345 Centro Integrado de Doenças Infecciosas –  
227 CIDI; 346 CONVÊNIO 1205/2005- ATENÇÃO MULHER; 347 CONVÊNIO  
228 4888/2005- QUALIFICAÇÃO; 348 GESTÃO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE –  
229 VIGISUS; 349 PRÓ SAUDE MS LONDRINA. Por último, foi apresentado um  
230 resumo das receitas da Autarquia Municipal de Saúde de acordo com a origem  
231 dos recursos financeiros. Foi apresentado que a União, via Ministério da Saúde,  
232 repassou R\$ 11.582.257,13, que representa 59,13% da receita total do mês, o  
233 Estado do Paraná (SAMU) repassou no mês de maio de 2008 R\$ 15.533,00, que  
234 representa 0,08% e o Município de Londrina repassou R\$ 7.990.429,87, que  
235 representou 40,79%, portanto a receita total foi de R\$ 19.588.220,00. Após a

236 apresentação abre-se a palavra para esclarecimentos. Marcos Ratto diz que  
237 considera sério e competente o trabalho da equipe financeira. Solicita  
238 esclarecimentos sobre item da página 7 no lançamento das receitas  
239 orçamentárias, restituição por pagamento indevido do Fundo Municipal de Saúde  
240 no valor de R\$24.525,60; página 17, item ferramentas no valor de R\$7.052,84.  
241 Ubirajara responde que quanto à restituição por pagamento indevido é somente  
242 um registro feito errado, pois não é pagamento indevido e sim lançamento  
243 indevido, que teve que ser extornado para ser apropriado em local correto; quanto  
244 ao item ferramentas, refere que não tem a nota fiscal em mãos para saber quais  
245 são as ferramentas, uma vez que não participou da última reunião da Comissão  
246 de Acompanhamento das contas do Fundo Municipal de Saúde. **Cícero Cipriano**  
247 diz que solicitou uma xerox do empenho referente a essa compra, e que não  
248 houve licitação e sim uma tomada de preço, mas que até o presente momento não  
249 recebeu a cópia solicitada. Diz que foram comprados 20 metros e só existem 02  
250 carpinteiros na Secretaria de Saúde e 32 mangueiras para jardim, ressalta que  
251 quer verificar e acompanhar onde foram usadas as 32 mangueiras e os metros.  
252 Pede esclarecimento quanto ao pagamento à empresa CENTRONIC que era de  
253 R\$46.000,00 e agora se apresenta um valor de R\$55.000,00, portanto gostaria de  
254 saber se há aditivo no processo de licitação que possam ser incluídos  
255 profissionais de segurança, pois há um pedido de segurança para a Unidade do  
256 Leonor desde 2006. **Ubirajara** explica que alguns esclarecimentos que  
257 necessitam de verificação das notas fiscais podem ser dados na próxima reunião  
258 do Conselho, ou antes da reunião na Secretaria de Saúde; quanto a CETRONIC  
259 houve uma ampliação e tem aditivo. Quanto às ferramentas será verificado  
260 através da diretoria competente onde são utilizadas essas ferramentas. **Cícero** diz  
261 que Ubirajara fez muita falta na reunião da Comissão e elogia o trabalho realizado.  
262 **Jeremias** solicita esclarecimento sobre o saldo de média e alta complexidade,  
263 estratégias, onde consta saldo de 2007, tendo o HU pendente um recebimento de  
264 2007, porque não está sendo pago. **Ubirajara** responde que falta um aditivo ao  
265 contrato para formalizar essa diferença, e que esse recurso está sendo fracionado  
266 e a finalidade do mesmo é pagar o HU e que provavelmente esse recurso será  
267 utilizado até setembro. **Joel Tadeu** diz que enquanto membro da Comissão de  
268 Acompanhamento das Contas do Fundo Municipal de Saúde quando tem dúvidas  
269 solicita os documentos pertinentes para averiguação, e que nessa prestação de  
270 contas nada encontrou que fosse necessária qualquer averiguação. Encontrando-  
271 se com o conselheiro Cícero o mesmo apresentou suas dúvidas e disse que ficaria  
272 mais para verificação da nota fiscal pertinente a essa compra de metros,  
273 mangueiras e etc..., só que o conselheiro não recebeu a nota fiscal e isso vem  
274 prejudicar a discussão no Conselho, pois pairam dúvidas de um assunto que  
275 poderia ter sido resolvido. **Ubirajara** agradece o esclarecimento do conselheiro  
276 Joel Tadeu e esclarece que o metro adquirido é de madeira e utilizado não só por  
277 marceneiros, mas também por outros profissionais, como o vidraceiro e que por  
278 muitas vezes o metro está intacto, mas a numeração já desapareceu, dificultando  
279 o uso do mesmo. Convida o conselheiro Cícero para uma visita a Centrofarma  
280 para uma verificação “in loco”. Natal de Oliveira pergunta porque se compra metro  
281 e não trena. **Ubirajara** responde que nem todo profissional consegue se adaptar  
282 ao uso da trena. **Marcos Ratto** mais uma vez elogia o trabalho da equipe

283 financeira e propõe como encaminhamento que em virtude dos vários  
284 questionamentos sobre a prestação de contas, que não se aprove a Prestação de  
285 Contas do mês de maio/2007 e que sejam apresentados na próxima reunião todos  
286 os esclarecimentos pertinentes e após essa apresentação à mesma será votada.  
287 A seguir passa-se ao item **4 da pauta, Apresentação e Aprovação da Central**  
288 **de Regulação de Internação: Joelma Borian** cumprimenta a todos e relata que o  
289 município vem trabalhando o projeto da Central de Regulação de Internação há  
290 algum tempo, sendo que a Regulação é um conceito que vem sendo trabalhado e  
291 definido pelo Ministério da Saúde e pelas Normas Operacionais, desde o ano de  
292 2002, sendo que a Regulação tem como definição: “disponibilizar alternativa  
293 assistência mais adequada às necessidades do cidadão de uma forma equânime,  
294 ordenada, oportuna e qualificada”, que significa as pessoas terem acesso aos  
295 serviços de saúde de acordo com as suas necessidades, avaliando cada um, e  
296 qual o melhor ponto da rede de atenção à saúde para o cidadão ser atendido;  
297 cuidando e fazendo a gestão do caso para que o atendimento seja no tempo  
298 oportuno. Esclarece que a Regulação organiza e ordena esse fluxo dentro do  
299 Sistema. Que a necessidade da Regulação vem de encontro a organizar o acesso  
300 à média e alta complexidade, sendo que nos últimos dez anos houve uma grande  
301 reestruturação na atenção básica, aumento do número de profissionais médicos,  
302 inclusão de outros profissionais na atenção básica, ampliação da rede, mas existe  
303 a necessidade de avanços na média e alta complexidade, principalmente na  
304 garantia do acesso ao cidadão a esses serviços. Diz que algumas especialidades  
305 estão sendo trabalhadas de forma regulada utilizando-se protocolos clínicos,  
306 assistenciais, fazendo a gestão desses casos nas Unidades Básicas de Saúde,  
307 nas áreas de cardiologia, endocrinologia, neurologia pediátrica, programa de fono  
308 surdez, planejamento familiar, dermatologia sanitária, que é a hanseníase, a  
309 mastologia e a nefrologia infantil. Cita que após esse trabalho de regulação a  
310 cardiologia que era uma especialidade que contava com uma demora de  
311 agendamento de 10 meses, hoje ocorre dentro de 30 dias, a endocrinologia  
312 também hoje é agendada dentro de 30 dias. Relata que na Regulação da  
313 Urgência nota-se um aumento de atendimentos efetuados pelo SAMU do primeiro  
314 de 2007 para o primeiro semestre de 2008, embora o número de ligações ter sido  
315 menor, tendo diminuído o número de trotes, o que mostra que a população está  
316 conhecendo melhor o trabalho efetuado pelo SAMU, apresenta que das chamadas  
317 feitas 63% se tornaram atendimento. Com relação à internação hospitalar ainda  
318 não são reguladas, sejam para cirurgias eletivas ou internações clínicas no ato da  
319 internação, de uma forma a organizar esse fluxo. Refere que são autorizadas as  
320 cirurgias após o usuário ter sido atendido no ambulatório de especialidade e o  
321 hospital de acordo com a complexidade da cirurgia, A proposta é organizar essas  
322 internações de acordo com a necessidade do usuário, cuidando de cada caso,  
323 organizando inclusive o processo de agendamento das cirurgias e das internações  
324 de acordo com a necessidade e otimizando os leitos, assim está sendo  
325 estruturada a Central de Regulação de Internação que estará vinculada ao SAMU  
326 que já realiza a regulação do atendimento pré hospitalar e conta com recursos  
327 humanos preparados para esse processo. **Marlene Zucoli** diz que após  
328 autorizada a cirurgia sempre fica a discussão que está autorizada e está  
329 demorando a internação e vários outros questionamentos, portanto como o

330 hospital está contratado ao SUS o serviço passa a dizer qual é o procedimento  
331 mais urgente; que a Central de Internação estará ligada a Central Pré Hospitalar  
332 que é o SAMU, porque é o processo de quem interna ou não, que sabe o que é  
333 urgência ou não; esclarece que o trabalho será realizado respeitando a integridade  
334 do SAMU e sua função primordial, pois é um trabalho conjunto com o SAMU, mas  
335 que se dá de forma a não interferir nas principais funções do SAMU, a integração  
336 se dará porque o SAMU sabe o que ele precisa de leito e a Central de Internação  
337 saberá o que deverá internar pois hoje ainda ocorre de ser suspensa uma cirurgia  
338 eletiva porque o SAMU precisa a vaga. Solicita a aprovação dos conselheiros para  
339 que seja iniciado o processo de trabalho sem prejuízo a qualidade técnica do  
340 atendimento. **Cícero Cipriano Pinto** diz que não é contrário ao projeto de  
341 regulação, mas na prática tem algumas restrições, pois o que acontece dentro do  
342 processo de regulação é restringir o atendimento; que há algum tempo tem  
343 cobrado no Conselho a participação do controle social dentro do processo de  
344 regulação e não foi dado o devido encaminhamento, ficando restrito aos técnicos  
345 da Secretaria. Diz que o que se percebe na prática com relação à primeira  
346 consulta, principalmente a de cardio; na fisioterapia também a demora é grande,  
347 demorando até 60 dias para autorização de 20 seqüências iniciais. **Gioconda** refere  
348 ao que está ocorrendo com ela quanto à espera para cardiologia. **Marlene**  
349 esclarece a conselheira que a central de internação fará avaliação do risco e  
350 classificará a internação; da forma como está hoje o paciente fica aguardando a  
351 fila do centro cirúrgico. **Jeremias** diz que vê a regulação como uma necessidade e  
352 que o sistema e o usuário só tem a ganhar; existem pacientes que podem estar  
353 em duas filas e a dificuldade dos hospitais que tem pronto socorro 24h00 é fazer a  
354 fila de eletiva andar em função da urgência e emergência; não esquecendo que  
355 deve haver o cuidado de não restringir e sim agilizar. Refere-se a dados  
356 divulgados pelo Ministério da Saúde depois da Lei Seca referente a 14 cidades  
357 com redução do atendimento da saúde de 24%, sendo que em alguns municípios  
358 houve redução de até 45%. Diz que no Hospital Universitário ainda não foi  
359 constatada uma redução, e pergunta se o município tem algum dado sobre os  
360 acidentes de transito. **Marlene** responde que ainda pela estatística do SAMU que  
361 tem todos os dados do SIATE ainda não tem dados indicativos de redução de  
362 acidentes. Marlene faz referência de solidariedade e pesar pela morte do Coronel  
363 Nathan, pessoa importante para a cidade de Londrina vítima de acidente de  
364 transito provocado por motorista alcoolizado. **Maria Osvaldina** também faz  
365 referência ao Coronel Nathan que há poucos dias havia dito estar satisfeito com a  
366 Lei Seca que viria reduzir os acidentes de transito. Quanto a Central de Regulação  
367 diz na região sul tem um coordenador dos casos cirúrgicos, pergunta se ele  
368 continuará lá ou se virá trabalhar na Central, cita caso de cirurgia de varizes que  
369 demorou dois anos. **Joelma** responde que é justamente por isso que a Central de  
370 Regulação de Internação tem que existir para estudar caso a caso e assim  
371 garantir a todos que necessitam o acesso. Respondendo ao conselheiro Cícero  
372 diz que o conceito de regulação é diferente do entendido por ele, que essa  
373 regulação não é para restringir e sim para garantir o acesso a todos e que sejam  
374 atendidos primeiramente os casos mais urgentes, que o usuário chegue ao  
375 atendimento de uma forma ordenada, qualificada e mais humanizada. **Joel Tadeu**  
376 diz que os processos de regulação não estão sendo feitos só em Londrina e sim

377 em todo estado do Paraná, diz que o Conselho deve dar um voto de confiança ao  
378 processo, mas gostaria de deixar registrado que o controle social deveria  
379 participar desse processo, pois as entidades tem que dar respostas a sua base.  
380 **Cícero Cipriano** diz que sua visão de regulação é ampla, mas quando vê pessoas  
381 buscando atendimento e não tendo esse atendimento, prioridades que deveriam  
382 demorar alguns dias, demorarem 60 dias, entende que o processo deve ser  
383 melhorado. **Marcos Ratto** diz que se sente contemplado pela fala do conselheiro  
384 Joel Tadeu, acredita que é um avanço, mas entende ser fundamental a  
385 participação do controle social. **Marlene Zucoli** esclarece que quando um usuário  
386 apresenta o seu problema de saúde, não importa se é pequeno ou grande, é  
387 sempre importante. Quanto à dificuldade de acesso ao processo de atendimento  
388 não se fala de regulação porque o acesso está fácil, fala-se de regulação para  
389 garantir que o usuário tenha acesso ao serviço no momento adequado; quanto a  
390 fisioterapia existe uma grande demanda e tem que ser resolvida e a implantação  
391 dos NASFs vem colaborar com essa necessidade. Com relação aos exames  
392 laboratoriais os pacientes continuam fazendo vários exames na mesma semana,  
393 pois ainda não conseguiu se compatibilizar os exames. Informa que técnicos do  
394 Ministério da Saúde estarão em Londrina de 11 a 15 de agosto para auxiliar no  
395 programa SISREG que faz o cruzamento das informações. Diz que a tomada de  
396 decisões é um processo técnico, mas entende que deve haver o  
397 acompanhamento do controle social nesse processo de regulação de internação  
398 através de uma comissão do Conselho, sugere que a Comissão de Humanização  
399 possa fazer esse acompanhamento, o que ficou aprovado. Não havendo mais  
400 questionamentos **Marlene coloca em votação a Central de Regulação de**  
401 **Internação aprovada por unanimidade.** A seguir passa-se ao **item 5 da pauta:**  
402 **Relato sobre o Programa Saúde da Família: Sonia Regina Nery** diz que a  
403 solicitação desse ponto de pauta foi dos conselheiros Joel Tadeu Correa e Cícero  
404 Cipriano Pinto, representando o segmento de usuários, principalmente sobre a  
405 questão da OSCIP que daria apoio a continuidade do Programa Saúde da Família  
406 que está ainda sem definição em razão de ação judicial movida pela segunda  
407 colocada. Diz que fez contato com a Procuradoria do município e foi informada  
408 que tudo está inalterado, ação na justiça e o município sem poder tomar nenhuma  
409 atitude em virtude disso. A questão da parceria com a Santa Casa caminha de  
410 acordo com o apresentado ao Conselho em reunião do mês de maio de 2008.  
411 Sônia entrega o quadro da situação atual do PSF em cada Unidade de Saúde do  
412 município, que neste mês apresenta 89 equipes; diz que as equipes saem do  
413 sistema por falta de um profissional médico e o Ministério concede um prazo de  
414 três meses nesses casos para a recomposição da equipe. Sonia relata que de 09  
415 ao dia 13 o município recebeu a visita da Controladoria Regional da União do  
416 Estado do Paraná, e está sendo aguardada a análise feita por essa equipe, bem  
417 como do relatório. Destaca como pontos importantes que foram avaliados como  
418 está o SIAB; como é realizado o cadastramento das famílias; contratação dos  
419 agentes comunitários via parcerias; a readequação das equipes para 89; redução  
420 do número de pessoas cuidadas pelos agentes comunitários, girando hoje em  
421 torno de 750 pessoas por agente; uma equipe cuidando de no máximo 4.000  
422 pessoas; curso para os agentes comunitários. Marlene diz que a exposição está  
423 feita e abre a palavra para esclarecimentos. **Cícero Cipriano Pinto** entrega a

424 Sonia Nery uma portaria onde consta que para alguns municípios é repassada  
425 uma parcela extra para as equipes de PSF sendo que esses municípios incluem  
426 esse valor como 14º salário para os ACS, como incentivo para que os mesmos  
427 realizem cada vez mais o seu trabalho de forma qualificada e como por muitas  
428 vezes é questionado pelos ACS como o Conselho se posiciona frente a essa  
429 situação; entrega também resolução da Bahia que trata sobre a contratação dos  
430 ACS; pergunta se com relação a auditoria realizada houve corte nos recursos e se  
431 as 89 equipes citadas estão completas; pergunta ainda se existe algum controle  
432 por parte da Secretaria dos profissionais que recebem pelo trabalho do PSF se  
433 realmente realizam as visitas, pois já tem denúncias de enfermeiros que  
434 preenchem seu relatório de acordo com o trabalho realizado pelo auxiliar como se  
435 fosse ele que tivesse feito. **Marlene** esclarece que as ações do PSF não são  
436 somente visitas e que se existe denúncia deverá ser citado nomes para se fazer  
437 as averiguações necessárias. **Cícero** esclarece que não está fazendo denúncia e  
438 sim saber se existe controle sobre as visitas. **Marlene** diz que existe um controle  
439 por parte da Secretaria, mas se existe alguém assinando um relatório de ações  
440 que não foram realizadas por ele é necessário saber quem é, pois atuando dentro  
441 do município no serviço de saúde são 3.000 funcionários. Com relação ao custo  
442 do ACS, esclarece que o valor de R\$581,00 (quinhentos e oitenta e um reais)  
443 repassados pelo Ministério da Saúde é para salário e encargos, portanto esse  
444 valor não paga essa despesa, que não tem em mãos o custo oficial do PSF no  
445 município de Londrina, que não é só contratação e sim envolve todo o processo  
446 de trabalho do Saúde da Família; esclarece que no ano de 2007 foi repassado  
447 para o Programa Saúde da Família R\$8.657.496,00 e o custo total foi de  
448 R\$26.699.000,96, a diferença custeada pelo município foi de R\$18.000.000,00 e  
449 que esses valores também foram levados pela Auditoria da Controladoria da CGU.  
450 Marlene esclarece também que as informações repassadas ao Ministério da  
451 Saúde são verídicas, que não se repassa ao Ministério número de equipes que  
452 não estejam trabalhando, pois é preferível o ônus de corte de repasse do que  
453 passar uma informação que não é verdadeira ao MS, volta a dizer que o Ministério  
454 concede 03 meses para regularização da equipe que não estiver completa,  
455 mantendo o repasse de recurso, a Controladora em visita à Londrina questiona  
456 verbalmente esse encaminhamento do Ministério, portanto se for identificado  
457 algum repasse a mais para o município não foi informação errada e sim por  
458 normas do MS, e se a CGU está verificando o Ministério, e, a CGU entender que  
459 não concorda com as regras e que foi passado recurso a mais e descontar do  
460 município é obvio que haverá reclamação por parte da Secretaria, pois é recurso  
461 para investir na saúde do cidadão. Quanto à contratação de ACS é uma  
462 pendência que terá que ser resolvida, diz que existem conversas da Procuradoria  
463 Jurídica com o Ministério Público do Trabalho para se chegar a um denominador  
464 comum. **Ana Paula Cantelmo Luz** diz que enquanto entidade parceira do  
465 município para a execução do PSF também foi chamada a conversar com os  
466 representantes da CGU, e que foi identificado um grande rigor na avaliação, vários  
467 esclarecimentos tiveram que ser feitos, mas quando questionados sobre  
468 municípios conhecidos por eles com Programa de Saúde da Família com o porte  
469 de Londrina na infra estrutura, na cobertura, a resposta obtida é que Londrina é  
470 excessão, em municípios de porte semelhante ou inferior, e que quando

471 abordadas sobre a forma de contratação, não tem posição definida, pois é muito  
472 complicado opinar sobre a forma de contratação do município sem se expor. Por  
473 fim diz que é importante saber que apesar das nossas falhas o nosso programa de  
474 saúde é exemplar e que o relatório da CGU está sendo aguardado, pois apontarão  
475 recomendações, dentre as quais algumas que deverão ser discutida no Conselho  
476 para saber da viabilidade. **Ana Paula** esclarece também que o aditivo de prazo  
477 por mais cinco meses, tem respaldo jurídico e parecer positivo da Procuradoria  
478 citando inclusive a ação que corre na justiça. **Marlene** reforça que o aditivo por  
479 cinco meses aprovado no Conselho tem o objetivo de dar tranquilidade aos que  
480 estão trabalhando e se tiver que renovar por igual período vencerá em maio de  
481 2009, dando fôlego ao novo gestor para tomar as medidas cabíveis e necessárias  
482 à continuidade do PSF. **Rosalina Batista** diz que é necessário o fortalecimento da  
483 atenção básica; que a gestão e o Conselho devem trabalhar juntos para que o  
484 agente comunitário de saúde possa ser concursado. Pergunta sobre o PSF na  
485 zona rural onde existe uma equipe, mas o médico não atende todos os dias;  
486 refere-se também que desde maio existe reclamação que na Unidade de Saúde  
487 Itapoã só tem duas equipes e que é extremamente necessário que as três estejam  
488 atuando tendo em vista o número de moradores na área de abrangência, que  
489 defende que as equipes sejam completas nas áreas de risco. Diz que enquanto  
490 conselheira entende que deveria haver um estudo que apontasse porque os  
491 médicos não querem trabalhar e de como viabilizar mais recursos para a  
492 contratação e posterior discussão e encaminhamento do Conselho. Informa que  
493 em evento realizado em Curitiba com o Ministério da Saúde houve informação de  
494 liberação de recursos aos municípios para ampliação de equipes de PSF. Sugere  
495 que seja formada uma comissão do conselho para o estudo referido e  
496 acompanhamento do PSF inclusive pensando em redistribuição dessas equipes.  
497 **Marlene** diz que no início da reunião já houve o encaminhamento para que a  
498 Comissão de Humanização possa fazer esse acompanhamento, já aprovado pelo  
499 Conselho. Esclarece que os anseios colocados pela conselheira Rosalina são  
500 também da gestão, que vem mantendo o número de 89 equipes, com 75% de  
501 cobertura no município e que a comissão poderá ter a finalidade de avaliar as  
502 equipes e não redistribuí-las, pois para isso teriam que ser tiradas de um local e  
503 repassadas a outro e esse não é o objetivo e a meta deverá sempre ser de  
504 ampliar. **Maria Osvaldina** cobra novamente o carro do PSF da Unidade de Saúde  
505 Ouro Branco para que a equipe possa fazer as visitas;; refere também que na  
506 Unidade Ouro Branco os usuários não vão de madrugada para marcar consulta e  
507 sim no horário de abertura da Unidade e diz que tem informação que não é o que  
508 acontece na Unidade de Saúde Armindo Guazzi onde as mulheres passam a noite  
509 em fila para conseguir consulta ginecológica; que a Dra. Hebe está saindo da  
510 Unidade e é necessário saber se já existe outro contratado e como ficarão as  
511 consultas que estão agendadas para a mesma. **Marlene** esclarece que não pode  
512 acontecer esse tipo de fila na Unidade de Saúde Armindo Guazzi, pois a mesma  
513 conta com suporte de urgência e emergência, que as soluções já estão sempre  
514 buscadas pela equipe da Secretaria, mas não se pode prever se a contratação se  
515 dará imediatamente ou não, pois não depende só do serviço. **Joel Tadeu Correa**  
516 pergunta a Ana Paula se a contratação dos agentes com unitários através de teste  
517 seletivo ou prova de títulos leva em consideração alguma indicação de terceiro; se

518 os agentes comunitários estão contratados em número suficiente para as 89  
519 equipes; se a família do Jardim Leonor que tinha 06 ou 07 de seus familiares no  
520 PSF continuam? Se os agentes comunitários são para atender na área  
521 administrativa da Unidade de Saúde? Cita também que os profissionais devem ser  
522 qualificados. **Marcos Ratto** diz que está contemplado com a fala do conselheiro  
523 Joel e que fará acompanhamento do trabalho realizado pelo Programa de Saúde  
524 da Família e aproveita para tecer elogios não só à equipe de PSF como de todos  
525 os servidores da Unidade de Saúde Vila Nova. **Ana Paula** responde que os  
526 critérios de contratação dos agentes comunitários são rigorosos, a Santa Casa  
527 tem uma grande preocupação na ampla divulgação das vagas, justamente para  
528 garantir oportunidade de acesso a todos, existe prova de conhecimento específico,  
529 entrevista, morar na área de abrangência, comprovante de residência, enfim todos  
530 os cuidados necessários para que não haja favorecimentos; quanto à contratação  
531 dos médicos é difícil, o exemplo de salário citado pela conselheira Rosalina é uma  
532 realidade, mas que nos municípios menores o salário é maior até porque o médico  
533 tem que ter dedicação exclusiva aquele serviço; em relação à questão de  
534 indicações para contratação vários pedidos são enviados, inclusive de  
535 conselheiros, mas a resposta é sempre a mesma o processo tem que ter lisura e  
536 transparência, é assim que a Santa Casa trabalha; pede colaboração dos  
537 conselheiros para que esclareça os interessados às vagas de agentes  
538 comunitários quais são os critérios estabelecidos para contratação. **Simone**,  
539 diretora da DAS esclarece que Dra. Hebe pediu demissão e apesar do serviço não  
540 querer perdê-la por ser excelente profissional nada pode fazer, que não existe fila  
541 de espera para essa profissional, e que a primeira medida adotada quando o  
542 profissional se demite é avisar a diretoria de Recursos Humanos para providências  
543 de reposição do profissional. Quanto a pediatra para a Unidade de Saúde Parigot  
544 houve duas exonerações no município e os que estavam na espera do último  
545 concurso realizado foram chamados, mas não aceitaram, não tendo como  
546 contratar no momento pois só poderão ser contratado após novo concurso público.  
547 Na Unidade de Saúde Parigot está a Dra. Hilda dando suporte no atendimento,  
548 quanto à ginecologista nessa Unidade já está regularizado. Com relação ao  
549 questionamento da conselheira Rosalina das equipes de PSF da zona rural  
550 esclarece que nas Unidades de Guairacá e Paiquere atua uma equipe, portanto o  
551 tempo de atendimento é dividido, em Lerrovile tem duas equipes e assim  
552 sucessivamente. Sobre a Unidade de Saúde Leonor a enfermeira Ivete está em  
553 férias, mas a Unidade não está sem suporte de profissional e no horário das  
554 00h00 às 06h00 está se encontrando algumas dificuldades de profissionais.  
555 **Marlene** solicita ao conselheiro Marcos Ratto se souber de profissional que queira  
556 trabalhar nesse horário, por favor indique para que entrem em contato com a  
557 Simone. **Simone** diz que quanto ao carro do PSF da Unidade de Saúde Ouro  
558 Branco não tem informação precisa para passar mais que fará averiguação e que  
559 muitas vezes são feitas parcerias com as Unidades próxima para que as visitas  
560 não deixem de ser realizadas e que as 89 equipes com exceção de uma da  
561 Unidade de Saúde Armindo Guazzi com a demissão da Dra. Hebe, mas que tem  
562 três meses para repor esse profissional. **Cícero Cipriano** pergunta se os  
563 profissionais do PSF da Unidade de Saúde Bandeirantes já foram contratados e  
564 que em reunião da Bipartite foi amplamente discutido o fortalecimento da atenção

565 básica e do controle social e também para que o PSF de um suporte maior nas  
566 áreas de risco para não haver mais essa relação doença pobreza. **Simone** finaliza  
567 dizendo que foram abertas inscrições para contratação de 150 agentes  
568 comunitários de saúde para suprir as equipes e que com relação a redução do  
569 número de pessoas acompanhadas pelas equipes de PSF foi para se ajustar as  
570 normas determinadas em nova portaria do Ministério da Saúde e que para a  
571 equipe de PSF do Itapoá a vaga já foi ofertada por diversas vezes mas os médicos  
572 não a aceitaram. **Joel Tadeu** pergunta quais os encaminhamentos que podem ser  
573 dados pela Procuradoria Jurídica quanto à pendência que se encontra na Justiça,  
574 pois tem informações extra oficial que o CIAP não tem mais interesse de ser  
575 parceiro do município na questão do PSF e se pode ser feito questionamento pela  
576 Procuradoria ao CIAP, tendo em vistas as informações extra oficial. A partir dessa  
577 resposta volta-se a discutir que encaminhamento tomar se a segunda colocada  
578 não estiver apta a assumir o compromisso de gerir o PSF; diz ainda que o  
579 processo está muito demorado e a Procuradoria tem que tomar uma posição.  
580 **Marcos Rogério Ratto** diz que entende que o CIAP nada tem a ver com o  
581 processo, pois foi a outra empresa que entrou com o processo e que a mesma  
582 não tem interesse em retirar o processo, uma vez que o mesmo concluído não  
583 haverá novo processo licitatório, sugere que para a próxima reunião seja  
584 convidada a Procuradora para dar informações sobre o processo. **Marlene**  
585 esclarece que foi conversado com a Procuradoria Jurídica, as informações são as  
586 mesmas repassadas anteriormente, não há nenhuma novidade, e não há como  
587 consultar o CIAP se é verdadeira a informação de que vá desistir sob pena de  
588 correr risco de acusação de assédio; estando o processo na Justiça é a mesma  
589 que decidirá e se a primeira colocada desistir é por sua livre e espontânea  
590 vontade. Ressalta que o gestor está tranquilo, pois está desenvolvendo a parceria  
591 com a Santa Casa para que o usuário não seja prejudicado e que o município fica  
592 em uma posição confortável, pois o Juiz que deu o despacho no processo afirma  
593 que a população não está sem atendimento visto a parceria com a Santa Casa e  
594 isso respalda as ações do município, até que a Justiça resolva. **Joel Tadeu**  
595 esclarece o seu encaminhamento era de consulta a Procuradoria se poderia ser  
596 feito esse questionamento e que não tinha conhecimento desse despacho do Juiz,  
597 isso deixa claro que resta aguardar a decisão da Justiça e que a comissão de  
598 humanização pode acompanhar o trabalho do PSF. **Marcos Ratto** coloca que do  
599 ponto de vista dos direitos trabalhista o contrato tem que ser melhorado. **Marlene**  
600 esclarece que os contratos são feitos baseados em Lei que institui o PSF,  
601 aprovada na Câmara e no estatuto do servidor, mas que poderá ser feita  
602 verificação e se apurada alguma dúvida poderá ser revisto. A seguir passa-se ao  
603 **item 6 da pauta, Encaminhamentos sobre a Plenária Extraordinária Eleitoral**  
604 **da 8ª Conferência Estadual de Saúde: Sônia Anselmo** relata que no dia 26 de  
605 julho em Curitiba será realizada a Plenária Extraordinária Eleitoral da 8ª  
606 Conferência Estadual de Saúde convocada pelo Conselho Estadual de Saúde do  
607 Paraná, para eleição das entidades conselheiras para o biênio 2008/2009; diz que  
608 alguns encaminhamentos já foram feitos devido aos prazos necessários para  
609 tramitação dos pedidos, sendo necessário o referendo do Conselho para a  
610 solicitação de dois ônibus executivo com saída dia 25 às 23h30 e retorno assim  
611 que terminar o evento, para transporte dos delegados do segmento de usuários e

612 trabalhadores, sendo que cada ônibus deverá custar em torno de R\$4.000,00  
613 (quatro mil reais), bem como de adiantamento para refeições, lanches e  
614 deslocamento caso necessário, uma vez que o café da manhã será servido no  
615 Colégio Estadual do Paraná e o almoço sob responsabilidade do CES. Solicita  
616 auxílio dos conselheiros no sentido de conversarem com os delegados de sua  
617 entidades para que uma vez assumido o compromisso não deixem de  
618 comparecer. Cita correspondência recebida do Ministério Público Estadual na  
619 pessoa de Dr. Marco Antonio Teixeira chamando a todos à responsabilidade de  
620 participar para legitimarem o processo eleitoral pela representatividade dos  
621 segmentos e sub segmentos. Não havendo questionamentos **Marlene coloca em**  
622 **votação a locação de dois ônibus executivo para transporte dos delegados**  
623 **dos segmentos de usuários e trabalhadores e adiantamento para lanche,**  
624 **traslado e refeição se necessário, sendo aprovado por todos os**  
625 **conselheiros.** A seguir passa-se ao **item 7 da pauta, Relato da Comissão de**  
626 **Elaboração do Plano Municipal de Saúde – 2008/2011: Ana Paula Cantelmo**  
627 **Luz** lembra que os membros que participam da Comissão de Elaboração do Plano  
628 Municipal de Saúde foram referendados pelo Conselho e nomeados através de  
629 portaria interna. A seguir relata a metodologia utilizada na elaboração do Plano  
630 Municipal 2008-2011 e que inicialmente foi enviada aos conselheiros a versão  
631 preliminar do Plano e solicita que o mesmo seja analisado detalhadamente,  
632 informa também que nessa versão não está constando a caracterização geral do  
633 município e o item de condição de saúde da população que são dados que não  
634 mudaram, mas que constarão da versão final do Plano. Ana Paula diz que no item  
635 7 do Plano estão colocados todos os compromissos assumidos pelo Conselho e  
636 pela Gestão do SUS tais como Regionalização, Gestão do Trabalho, Gestão  
637 Permanente entre outros. Destaca que a vigência desse plano será de 04 anos  
638 enquanto que os anteriores eram bianual; na vigência de 04 anos está prevista a  
639 revisão anual do Plano como já é feito hoje pela Secretaria Estadual de Saúde do  
640 Paraná e aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde; destaca o empenho da  
641 Secretaria em pesquisar o formato de outros Planos para que o de Londrina  
642 pudesse ser o melhor possível. Coloca que outro destaque são as propostas  
643 aprovadas na 10ª Conferência Municipal de Saúde foram distribuídas no Plano  
644 segundo o Pacto pela Vida; informa que as propostas referentes a outras  
645 instâncias do SUS como Secretaria de Estado da Saúde, Conselho Estadual de  
646 Saúde e Ministério da Saúde estão apresentadas no item de Recomendações e  
647 que as propostas já executadas ou de outras instâncias serão encaminhadas a  
648 cada instância pertinente. Encerrando sua fala Ana Paula sugere que até o dia 30  
649 todos os conselheiros possam estar enviando contribuições por escrito para  
650 Margaret Shimiti para a conclusão do Plano em reunião da comissão no próximo  
651 dia 05 de agosto, sendo que o mesmo deverá ser apreciado e aprovado na  
652 próxima reunião. Após solicitação do conselheiro Cícero Cipriano ficou  
653 estabelecido até o dia 04 de agosto para os conselheiros encaminharem  
654 contribuições relativas ao Plano Municipal de Saúde 2008/2011. A seguir passa-se  
655 ao **item 8 da pauta, Transferência do servidor José Paulo da Silva para a 17ª**  
656 **Regional de Saúde: Marlene** informa que o servidor está solicitando transferência  
657 por motivos pessoais, não havendo questionamento **Marlene coloca em votação**  
658 **a transferência do servidor da FUNASA, José Paulo da Silva para a 17ª**

659 **Regional de Saúde, sendo aprovada por unanimidade.** Nada mais havendo a  
 660 tratar encerrou-se a reunião. Esta ata elaborada e digitada por Sônia Maria  
 661 Anselmo será lida e assinada pelos conselheiros abaixo.  
 662  
 663

<b>T</b>	Marlene Zucoli		<b>T</b>	Adilson Castro	Ausente c/justificativa
<b>S</b>	Sonia Regina Néri		<b>S</b>	Sônia Maria de Almeida Petris	Ausente c/justificativa
<b>T</b>	Rubens Martins Júnior		<b>T</b>	Alberto Duran González	Ausente c/justificativa
<b>S</b>	José Luiz de Oliveira Camargo		<b>S</b>	Márcia Cristina R. Marengo	
<b>T</b>	Isaltina Pires Cardoso	Ausente c/justificativa	<b>T</b>	Marcos Rogério Ratto	
<b>S</b>	Julio César Muniz Aranda	Ausente	<b>S</b>	Maldissulei Correa	
<b>T</b>	Bett Claidh Nascimento		<b>T</b>	Fahd Haddad	
<b>S</b>	Manoel Nivaldo da Cruz		<b>S</b>	Ana Paula Cantelmo Luz	
<b>T</b>	Mara Rossival Fernandes		<b>T</b>	Francisco Eugênio A. Souza	Ausente c/justificativa
<b>S</b>	Artemízia Martins		<b>S</b>	Jeremias Bequer Brizola	
<b>T</b>	Ogle Beatriz Bacchi de Souza	Ausente c/justificativa	<b>T</b>	Paulo Fernando M. Nicolau	Ausente
<b>S</b>	Andreza Daher Delfino Sentoni	Ausente c/justificativa	<b>S</b>	Nobuaqui Hasegawa	Ausente
<b>T</b>	Maria Ângela Magro		<b>T</b>	Joel Tadeu Correa	
<b>S</b>	Neusa Maria dos Santos		<b>S</b>	Manoel de Oliveira e Silva	Ausente
<b>T</b>	Dulcelina Aparecida Silveira	Ausente c/justificativa	<b>T</b>	Gioconda Pereira da Silva Ferreira	
<b>S</b>	Cícero da Silva		<b>S</b>		
<b>T</b>	Maria Osvaldina Mello de Oliveira		<b>T</b>	Wanda Dobrucki Kasprovicz	Ausente
<b>S</b>	Antonia Aparecida C. Strick		<b>S</b>	Rita de Cássia Rosa	Ausente
<b>T</b>	Reinaldo Gonçalves		<b>T</b>	Natal de Oliveira	
<b>S</b>	Jurema de Jesus Correa Santos		<b>S</b>	Hélio Domingos Ferreira	
<b>T</b>	Ana Maria Figueiredo		<b>T</b>	Paulo Roberto Vicente	Ausente
<b>S</b>	Acácio dos Santos		<b>S</b>	Quitéria Nunes Martins	
<b>T</b>	Josefa Ferreira de Oliveira	Ausente	<b>T</b>	Cícero Cipriano Pinto	
<b>S</b>	Elizabeth Bueno Candido	Ausente c/justificativa	<b>S</b>	Rosalina Batista	

664  
 665